



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 1.052/2014-ML

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº. 16.116/2012

EMENTA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CESSÃO DE MILITARES DA PMDF AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL – TRE/DF. AUSÊNCIA DE AGREGAÇÃO. INSTRUÇÃO SUGERE O ENCERRAMENTO DA TCE E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. PARECER CONVERGENTE DO **PARQUET** ESPECIALIZADO. ATO DETERMINADO PELO ENTÃO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL. LEI Nº 6.999/1982.

1. Cuida-se de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar irregularidade na cessão de militares da Polícia militar do Distrito Federal – PMDF, os Srs. Renato Camargo Bizerra, Marcelo Roger Prates Lopes, José Wilson da Silva e José Carlos da Costa, **sem a necessária agregação**, ao e. **Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE/DF**.
2. Os procedimentos de apuração especial foram desenvolvidos no âmbito do Controle Interno no bojo dos Processos nºs 480.000.230/2010, 480.000.232/2010, 480.000.233/2010 e 480.000.234/2010, cada feito cuidando, respectivamente, da situação particular dos militares nominados no parágrafo anterior.
3. O Assessor Técnico designado para quantificar o eventual dano causado ao Erário identificou os indigitados agentes públicos como responsáveis por restituir os valores despendidos pelo Distrito Federal durante a disponibilização deles à Justiça Eleitoral, visto que a cessão ocorreu sem o devido processo de agregação, conforme relatórios às fls. 67/69 dos Processos nºs 480.000.230/2010, 480.000.233/2010 e 480.000.234/2010, e às fls. 67/68 do Processo nº 480.000.232/2010.
4. Noutra toada, no que concerne ao militar Renato Camargo Bizerra (Processo nº 480.000.230/2010), a Comissão de Tomada de Contas Especial – CTCE, por meio do Relatório de TCE nº 102/2011 – SUTCE/STC, fls. 121/124, sugeriu o encerramento da TCE, ante a ausência de prejuízo, uma vez que o indigitado militar *“ficou afastado da corporação amparado na legislação eleitoral”*.
5. No mesmo sentido, a Corregedoria-Geral do Distrito Federal emitiu o Relatório de Auditoria de Auditoria nº 028/2012 – Controladoria e o Certificado de Auditoria-TCE nº: 028/2012 – Controladoria, fls. 138/145 do Processo nº 480.000.230/2010, que foram pela **regularidade das contas**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

6. A inteligência do exame realizado no Processo nº 480.000.230/2010 foi adotada nos feitos relacionados aos militares em situação análoga ao Sr. Renato Camargo Bizerra. Dessa sorte, no bojo do Processo nº 480.000.232/2010, atinente ao militar Marcelo Roger Prates Lopes, a conclusão alcançada também foi pela **regularidade das contas**, consoante o Relatório de TCE nº 98/2011 – SUTCE/STC, fls. 134/137, bem como o Relatório e o Certificado de Auditoria nºs 032/2012 – Controladoria, fls. 151/158.

7. Na mesma toada caminhou a apuração levada a efeito no Processo nº 480.000.233/2010, que trata da cessão do militar José Wilson da Silva, conforme o Relatório de TCE nº 101/2011- DIEXE II/SUTCE/STC, fls. 115/118, e o Relatório e o Certificado de Auditoria nºs 033/2012 – Controladoria, fls. 132/139.

8. Ademais, o Controle Interno no Processo nº 480.000.234/2010, em harmonia com as conclusões dos feitos mencionados alhures, também certificou a regularidade das contas do militar José Carlos da Costa, conforme o Relatório de TCE nº 104/2011 – SUTCE/STC, fls. 119/122, o Relatório de Auditoria nº 034/2012 – Controladoria, fls. 136/142, e o Certificado de Auditoria nº 034/2012 – Controladoria, fl. 143.

9. Por seu turno, a Unidade Técnica, nos termos da instrução realizada na Informação nº 249/2012 – SECONT/1ªDICONTE (fls. 7/13 dos autos em epígrafe), entendeu pela ausência de prejuízo, uma vez que os policiais foram cedidos por determinação do Governador do Distrito Federal e a percepção de direitos e vantagem do cargo ocupado na PMDF estava assegurada pelo art. 9º^I da Lei nº 6.999/1982.

10. Ao final, sugeriu a este c. **Tribunal de Contas** que:

“I. tome conhecimento das presentes tomadas de contas especiais, objeto dos Processos nºs 480.000.230/2010, 480.000.232/2010, 480.000.233/2010 e 480.000.234/2010;

II. considere encerradas as TCEs mencionadas, com fulcro no art. 13, inc. III, da Resolução 102/1998, ante a ausência de prejuízo ao erário;

III. autorize o retorno dos autos à SECONT para arquivamento e devolução dos apensos à STC.” (Fl. 13).

11. Feito este relato, passo a analisar o feito.

12. **Ab initio**, ressalto que a questão central reside em definir se os militares, no período em que estivera à disposição do c. **TRE/DF** poderiam receber a integralidade da remuneração de natureza militar.

¹ “Art. 9º - O servidor requisitado para o serviço eleitoral conservará os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

13. Para tanto, entendo ser necessário discorrer brevemente sobre a **agregação**. Esse instituto foi originalmente previsto no art. 42, § 4º, da CF/1988². Posteriormente, com o advento da EC nº 18/1998, tal previsão passou a constar no art. 142, § 3º, inciso III, da CF/1988³, aplicável aos militares distritais por força do seu art. 42, § 1º⁴.

14. O Estatuto dos Policiais Militares Distritais, Lei nº 7.289/1984, trata da agregação nos arts. 77 a 79. Dentre as inúmeras condições para agregação, interessa as seguintes hipóteses:

“Art. 77 - A agregação é a situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.

§ 1º - O policial-militar deve ser agregado quando:

I - for nomeado para cargo considerado no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar estabelecido em Lei ou Decreto-lei, ou Decreto, não previsto nos Quadros de Organização da Polícia militar;

(...)

III - for afastado, temporariamente, do serviço ativo por motivo de:

(...)

l) ter passado à disposição de outro órgão do Distrito Federal, da União, dos Estados ou Territórios para exercer função de natureza civil;

m) ter sido nomeado para qualquer cargo Público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta;”

15. Vale registrar, por oportuno, que o c. **TCDF**, por meio da r. Decisão nº 180/2005, prolatada no Processo nº 1.292/2003, sobre o tema, deliberou:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I [...] III - determinar à Polícia militar do Distrito Federal que adote medidas saneadoras das falhas e irregularidades indicadas no item 239 do Relatório de Auditoria, o que será objeto de verificação em futura auditoria, observando que: [...] f) não há base legal para agregar policiais militares à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social para o desempenho de quaisquer atividades dissociadas da

² “§ 4º - O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.”

³ “III - O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei”.

⁴ “§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

função policial militar caracterizada nos artigos 4º, 5º e 24 da Lei nº 7.289/84 e no § 5º do art. 144 da Constituição Federal; g) toda e qualquer cessão de policial militar deve-se enquadrar em uma das hipóteses previstas no artigo 77 da Lei nº 7.289/84, posto inexistir base legal que fundamente a cessão sem a correspondente agregação; [...]” (Grifos acrescidos).

16. Noutra via, os cargos considerados de natureza ou de interesse policial militar estão previstos nos arts. 20, 21 e 24 do Decreto nº 88.777/1983. Transcrevo os mencionados dispositivos:

“Art 20 - São considerados no exercício de função policial-militar os policiais-militares da ativa ocupantes dos seguintes cargos:

- 1) os especificados nos Quadros de Organização da Corporação a que pertencem;*
- 2) os de instrutor ou aluno de estabelecimento de ensino das Forças Armadas ou de outra Corporação Policial-Militar, no país e no exterior; e*
- 3) os de instrutor ou aluno da Escola Nacional de Informações e da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal.*

Parágrafo único - São considerados também no exercício de função policial-militar os policiais-militares colocados à disposição de outra Corporação Policial-Militar.

*Art . 21 - São considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais-militares da ativa colocados à disposição do Governo Federal para **exercerem cargo ou função** no:*

- 1) Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência da República;*
- 2) Estado-Maior das Forças Armadas;*
- 3) Serviço Nacional de Informações; e*
- 4) Em órgãos de informações do Exército.*

§ 1º - São ainda considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais-militares da ativa nomeados ou designados para:

- 1) Caso militar do Governador;*
- 2) Gabinete do Vice-Governador;*
- 3) Órgãos da Justiça militar Estadual.*

[...]

Art . 24 - Os policiais-militares, no exercício de função ou cargo não catalogados nos Art 20 e 21 deste Regulamento, são considerados no exercício de função de natureza civil.

*Parágrafo único - Enquanto permanecer no exercício de função ou cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta, o **policial-militar ficará agregado** ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a inatividade e esta se dará, ex-officio, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, na forma da lei.”*

17. Assim, na hipótese prevista no art. 77, I, da Lei nº 7.289/1984, **exercício de cargo cujas funções sejam de natureza militar**, considera-se que o militar **continua**, para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

todos os efeitos, **em serviço ativo**, inclusive com percepção da remuneração como se na ativa estivesse, conforme estabelece o art. 77, § 2º, da Lei nº 7.289/1984, **verbis**:

“§ 2º - O policial-militar agregado, de conformidade com os itens I e II do § 1º, continua a ser considerado, para todos os efeitos, como em serviço ativo.”

18. Todavia, nas demais hipóteses a **remuneração poderá ser diferenciada**.

19. Na redação vigente à época da ocorrência dos fatos, dizia o Estatuto dos Policiais Militares Distritais que a remuneração era composta de vencimentos (soldo e gratificações) e indenizações. A Lei nº 5.619/1970, que dispôs sobre “*vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia militar do Distrito Federal*”, estabelecia que o militar **apenas faria jus ao recebimento das gratificações em caso de efetivo exercício de suas funções**, conforme inteligência do art. 13 do referido diploma.

20. Entretanto, considerando a situação versada no presente feito, que trata de cessão de militares da PMDF ao TRE/DF, impede trazer à baila a Lei nº 6.999/1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências. O mencionado normativo estabelece em seu art. 9º que “*o servidor requisitado para o serviço eleitoral conservará os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego*”.

21. **In casu**, os militares tratados nesta TCE ficaram à disposição da justiça eleitoral, condição para a qual havia lei autorizativa para percepção dos direitos e vantagens da carreira militar. Desse modo, em consonância com o pugnado pela Área Técnica, este **MPC/DF** entende que não houve prejuízo ao Erário em razão da manutenção do soldo e das vantagens dos militares tratados na presente TCE durante o período no qual estiveram à disposição da Justiça Eleitoral.

22. Ademais, conforme sublinhou o Corpo Instrutivo, a remoção **ex-officio** dos militares da PMDF que participaram da campanha Vote Perto de Casa decorreu de determinação do Governador do Distrito Federal, conforme exposto na Circular nº 001/1998 – GAB/SEG, fls. 100/101 do Processo nº 480.000.230/2010, autoridade competente para exercer o comando superior da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos do art. 100, V, da LODF. Com efeito, aos olhos deste **Parquet** especializado, a ausência de agregação por ato do Comandante-Geral⁵ da Corporação poderá ser relevada por esta c. **Corte de Contas**.

23. Ante o exposto, este **Parquet** especializado **converge** com as das conclusões da zelosa Unidade Técnica e opina para que o e. **Plenário** encerre as TCE's em análise no presente feito, nos termos do art. 13, III, da Resolução nº 102/1998, ante a ausência de

⁵ Art. 79 da Lei nº 7.289/1984.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

prejuízo ao Erário decorrente da cessão dos militares Renato Camargo Bizerra, Marcelo Roger Prates Lopes, José Wilson da Silva e José Carlos da Costa à Justiça Eleitoral.

É o Parecer.

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador